



**ACÓRDÃO Nº134/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11822/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Franclides Correa Ribeiro (Ordenador de Despesa), Audo Albuquerque da Costa (Ordenador de Despesa), Marcel Alexandre da Silva (Ordenador de Despesa), Ronaldo Brito da Silva (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Rafael Luiz Nardi - OAB/AM n.º 12027, Abner Maia da Silva - OAB/AM n.º 12454 e Geraldo Cantuário dos Santos - OAB/AM n.º 9942
- 7- **Unidade Técnica:** DICA-MA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6563/2018-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU. Exercício de 2017.

*Irregularidade. Multa. Regularidade com ressalvas. Recomendação. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Audo Albuquerque da Costa**, responsável pela Superintendência Municipal de Transportes Urbanos-SMTU, referente ao exercício de 2017, no período de **1/1/2017 a 21/5/2017**, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, III, “b”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas n.º 2.423/96, c/c o art. 11, III, “a”, item 3, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, em razão das falhas e restrições não sanadas constantes nos itens da fundamentação do Relatório/Voto;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Audo Albuquerque da Costa**, gestor e ordenador de despesa, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), conforme os termos do art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 4/2018 – TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza operacional, financeira e orçamentária, itens 6, 7, 8, 9, 10, 10.1, 11, 11.1, 12, 12.1, 13, 13.1 e 13.2 apontados na fundamentação do Relatório/Voto, que deverá ser recolhida no prazo de



**ACÓRDÃO Nº134/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

- 10.3. Julgar Irregular a Prestação de Contas do Sr. Marcel Alexandre da Silva**, responsável pela Superintendência Municipal de Transportes Urbanos-SMTU, referente ao exercício de 2017, no período de **22/5/2017 a 10/7/2017**, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, III, “b”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas n.º 2.423/96, c/c o art. 11, III, “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das falhas e restrições não sanadas constantes nos itens da fundamentação do Relatório/Voto;
- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Marcel Alexandre da Silva**, gestor e ordenador de despesa, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), conforme os termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 4/2018 – TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza operacional, financeira e orçamentária, itens 6, 7, 8, 9, 10, 10.1, 11, 11.1, 12, 12.1, 13, 13.1 e 13.2 apontados na fundamentação do Relatório/Voto, que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.5. Julgar Irregular a Prestação de Contas do Sr. Ronaldo Brito da Silva**, responsável pela Superintendência Municipal de Transportes Urbanos-SMTU, referente ao exercício de 2017, no período de **11/7/2017 a 30/11/2017**, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, III, “b”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas n.º 2.423/96, c/c o art. 11, III, “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das falhas e restrições não sanadas constantes nos itens da fundamentação do Relatório/Voto;
- 10.6. Aplicar Multa ao Sr. Ronaldo Brito da Silva**, gestor e ordenador de despesa, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e



**ACÓRDÃO Nº134/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

quatro reais e trinta e nove centavos), conforme os termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 4/2018 – TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza operacional, financeira e orçamentária, itens 6, 7, 8, 9, 10, 10.1, 11, 11.1, 12, 12.1, 13, 13.1 e 13.2 apontados na fundamentação do Relatório/Voto, que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

**10.7. Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Francilides Correa Ribeiro**, responsável pela Superintendência Municipal de Transportes Urbanos-SMTU, referente ao exercício de 2017, no período de **1/12/2017 a 31/12/2017**, nos termos do art. 22, II, c/c o art. 24, ambos da Lei nº 2.423/96-TCE/AM e art. 5º, II, da Resolução nº 04/2002-RITCE;

**10.8. Aplicar Multa** ao **Sr. Francilides Correa Ribeiro**, gestor e ordenador de despesa, no valor de **R\$ 6.827,19** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos), referente a 10% do valor previsto no art. 54, §2º, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 1º, da Resolução TCE/AM nº 4/2018 – TCE/AM, conforme estabelece o art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2.423/96, em razão das impropriedades identificadas nos itens 6, 8, 9, 10, 10.1, 11, 11.1, 12, 12.1, 13, 13.1 e 13.2 apontados na fundamentação do Relatório/Voto, que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

**10.9. Recomendar à Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - Smtu** que:

a) Observe com rigor o cumprimento do contrato de concessão, sob pena de futuras sanções legais a reincidência do fato, itens 6 e 9 da fundamentação do Relatório/Voto;



**ACÓRDÃO Nº134/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- b) Exerça as competências legais, como órgão gestor do Poder Concedente, em destaque para a aplicação de sanções e sua arrecadação aos cofres do município, itens 7, 12 e 12.1 da fundamentação do Relatório/Voto;
- c) Efetive a regularização dos registros contábeis de forma a evidenciar a real situação patrimonial da autarquia, sob pena de futuras sanções legais a reincidência do fato, item 8 da fundamentação do Relatório/Voto;
- d) Efetive em sistema informatizado o registro de irregularidades objeto de fiscalizações, de forma que permita a recuperação do histórico de infrações registradas, itens 10 e 10.1 da fundamentação do Relatório/Voto;
- e) Imprima os esforços necessários que permitam o funcionamento regular das plataformas elevatórias como elemento obrigatório à circulação do transporte coletivo modal convencional de Manaus e implemente estudo de viabilidade de oferta do serviço de concessão de isenção de transporte aos usuários com dificuldade de locomoção, itens 11 e 11.1 da fundamentação do Relatório/Voto;

**10.10 Determinar** à próxima comissão de inspeção que verifique a efetiva regularização das recomendações, sob pena de aplicação das sanções legais por reincidência.

**11- Ata:** 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 27 de Fevereiro de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral